

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO “BRASIL: UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA”, DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

Ana Gabriela Basdão Moreira¹

Vânia Costa²

1. Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a resenha do livro Brasil: uma biografia não autorizada, de autoria de Francisco de Oliveira, lançado neste ano de 2018 pela Editora Boitempo, de São Paulo.

Trata-se de um exercício acadêmico do curso de graduação de Direito da Universidade Federal Fluminense, para a disciplina Teoria Geral do Estado II, ministrada pelo Prof. Dr. Enzo Bello.

2. Relevância da obra no contexto de retorno da ideologia neoliberal

No final do século passado, o Brasil viveu uma experiência de entrega ao neoliberalismo, tal como um amante cegado por quem só deseja usufruir de suas delícias. Mas as pessoas parecem ter se esquecido do resultado de tal caso de amor de mão única.

Na década de 90, o cientista político Francis Fukuyama³ notabilizou-se por ter decretado o “fim da história”, uma vez que a derrota dos governos que representavam o socialismo real teria por consequência a vitória unilateral do modo de vida liberal democrata. Assim, segundo esse estudioso nipo-estadunidense, não havendo mais o conflito ideológico entre comunismo e capitalismo, o processo histórico teria findado e todos viveriam um futuro linear.

Apesar de polêmica, tal interpretação esteve presente na ideia de inexorabilidade da globalização e do neoliberalismo, que tomou conta do Brasil até a eleição de Lula em 2002, quando a exclusão social acarretada por esse modelo levou ao seu questionamento nas urnas, sem que, contudo, suas raízes tenham sido extirpadas.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

³ FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

Agora, à sombra da bandeira anticorrupção que defenestrou a presidenta petista, o brasileiro assiste à nova ofensiva neoliberal, que acha saída no autoritarismo e fomenta ódio aos beneficiários dos programas sociais, esquecendo-se que não há assentos para todos no teatro da globalização.

O livro de Francisco de Oliveira, nesse sentido, lança uma brisa reavivadora sobre a memória, ao apresentar um “mosaico incompleto, mas consistente, do diagnóstico do Brasil contemporâneo”, conforme apresentação do autor por Fábio Mascaro Querido e Rui Braga⁴.

3. Sobre o autor

O autor é cientista social, mas seu olhar sobre a sociedade tem o viés econômico. Sua trajetória explica, em parte, esse filtro da produção de Francisco de Oliveira.

Ele trabalhou com Celso Furtado, nas origens da SUDENE, na década de 50, quando o Estado era chamado a desempenhar um papel de protagonista no desenvolvimento econômico, ainda que a atuação estatal não tenha sido suficiente para promover a superação das desigualdades sociais.

Quando ocorreu o golpe de 1964, Francisco Oliveira foi preso e precisou deixar o Brasil. Na Guatemala, trabalhou na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – um órgão das Nações Unidas que atualmente é voltado para estudos sobre o desenvolvimento sustentável.

Ao retornar ao Brasil, já na década de 70, ele ingressou no CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, a convite do sociólogo Octavio Ianni. O CEBRAP foi criado como um espaço de produção intelectual de resistência à ditadura militar e de estudos marxistas por professores cassados da USP, dentre eles Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti.

O rompimento com o CEBRAP deu-se na época da vitória do projeto liberal-conservador que levou Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Chico de Oliveira vai, então, para o CEADec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, que abrigava entusiastas do Partido dos Trabalhadores, e que se posicionava criticamente quanto à nova ordem mundial globalizada.

⁴ QUERIDO, Fábio Mascaro e BRAGA, Rui. Apresentação, *in* OLIVEIRA, Francisco de. Brasil, uma biografia não autorizada. São Paulo, Boitempo, 2018. p. 25.

4. Brasil: Uma biografia não autorizada

As biografias, quando oficiais, tendem a enaltecer os feitos das personalidades biografadas. Quando se trata de biografias não autorizadas, os biógrafos pretendem apresentar um retrato mais isento que os oficiais, contando episódios polêmicos ou desabonadores dos objetos de seus estudos.

Esse livro pretende ser uma biografia não autorizada ao direcionar o olhar crítico sobre a história do Brasil, para extrair elementos sobre quem somos, por onde caminhamos, para onde estamos indo, sendo conduzidos por quem, e finalmente, levar o leitor a raciocinar sobre a possibilidade de alterar os rumos desse caminho que o país está percorrendo.

O livro adota uma narrativa não linear: o autor quebra a linearidade, fazendo contrapontos com fatos que viriam a ocorrer no futuro, constituindo um diálogo entre o passado e o presente, cujas lentes são imprescindíveis para a construção do edifício histórico.

4.1. O adeus do futuro ao país do futuro

O livro começa com a infância do biografado, desde a era colonial até a época presente, apresentando a transição entre a promessa contida na ideia de “país do futuro” até a perda daquilo que os administradores denominam de “visão”, por meio da qual uma empresa projeta a situação que deseja alcançar no mercado e que deve orientar seu planejamento de metas. É o adeus do futuro ao país do futuro.

O Brasil colonial descrito por Francisco de Oliveira apresenta o país estruturado na posse da terra como “um dos pilares da ancestral estrutura econômica, social e política da colônia, que se prolongou durante séculos além”⁵.

O escravismo é outro pilar da estrutura social brasileira, constituindo um estigma que está na origem de problemas até hoje não resolvidos. “O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura bipolar, que formou a maior parte da nação”⁶, e essa característica patrimonialista e paternalista é constituinte da economia e da sociedade.

Uma originalidade da descrição do Brasil colonial por Francisco de Oliveira consistiu na ruptura com a visão subalterna da colônia. Ao contrário, ele pontua que “o desenvolvimento colonial foi rapidamente transformando a metrópole numa dependência

⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: uma biografia não autorizada. São Paulo, Boitempo, 2018. p. 28.

⁶ OLIVEIRA, *op. cit.* p. 29.

econômica da colônia”⁷. A escolha do Brasil para nova sede do império, em 1808, dentre as colônias portuguesas, denota que esta era a jóia da coroa. Nesse ponto, o biógrafo fez justiça ao biografado, já que a historiografia tradicional apresentava a visão do colonizador, que necessitava fugir da metrópole, pressionado pelo avanço de Napoleão, mas negava qualquer valor à colônia escolhida.

O livro questiona o caráter do povo brasileiro, tido como pacífico, ao pontuar as revoltas que ocorreram por ocasião da Independência, distanciando-se da imagem tranquila de Dom Pedro I às margens do Riacho do Ipiranga proclamando “Independência ou Morte” e emancipando o país biografado.

O episódio da Independência da Bahia, onde a guarnição portuguesa só foi expulsa em 2 de julho de 1823, foi seguido por movimentos da Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; da revolta dos Malês, na Bahia e por Farroupilha, no Rio Grande do Sul, demonstrando não haver consenso quanto ao projeto da corte do Rio de Janeiro.

4.2. O Lulismo

O Lulismo é identificado como uma perversão política, pois o culto à personalidade do Lula tomou o lugar do embate político tendo o projeto do PT como protagonista, já que havia vencido nas urnas. Nesse processo, perdeu-se todo o ineditismo que poderia representar a eleição do PT, com o isolamento dos movimentos populares e com a verticalização de cima para baixo das decisões governamentais. Acrescente-se o ingrediente da corrupção pela troca de favores do Estado e temos a receita do prato mais tradicional da política brasileira.

O Lulismo vem a confirmar a irrelevância da política, que está centrada nas personalidades e não nos partidos políticos.

A indiferença dos eleitores em relação às eleições denota que a política não passa pelo conflito de classes. Ela o evita e trapaceia com ele.

4.3. A hegemonia às avessas

Para entender mais profundamente o que Francisco de Oliveira chama de hegemonia às avessas, que consiste na condução dos interesses dos dominantes pelos dominados, é

⁷ OLIVEIRA, *op. cit.* p. 30.

preciso ir à filosofia de Antonio Gramsci, um marxista italiano contemporâneo do fascismo europeu, que morreu no cárcere em 1937.

Grande parte da filosofia gramsciana foi produzida enquanto ele esteve preso, de modo que seus escritos eram submetidos à censura fascista.

Quando Gramsci refere-se ao marxismo, usa o termo *filosofia da práxis*. A escolha desse termo é reveladora das intenções de Gramsci ao conceituar o marxismo. Sem que se tratasse de prescindir da teoria em nome da pura ação, conceito de filosofia da práxis revela o distanciamento do marxismo dogmático oficial, que provinha da União Soviética, por desfavorecer a prática revolucionária e congelar toda a teoria. Isso se dava devido à crença soviética no colapso inevitável do capitalismo, que inibia a ação revolucionária. A filosofia da práxis trata da estreita união entre o pensamento e a ação.

Para Gramsci, a realidade está arraigada, orgânica e dialeticamente, no mundo e na cultura, ou seja, o mundo diz a cultura e a cultura diz o mundo. A filosofia da práxis teria o potencial de operar a reforma revolucionária na sociedade, na qual pudessem ter espaço a organização socialista e a liberdade cultural. Ou seja, ele rompe com a noção do socialismo histórico de que as idéias não têm importância, por serem apenas um produto do domínio do capital, para realçar a importância da ideologia na dominação social. Assim, não se trata de aguardar que o capitalismo entre em colapso para mudar as ideias, pois sem mudar as ideias o capitalismo jamais entrará em colapso.

Quando Francisco de Oliveira identifica a característica de *hegemonia às avessas* na política e na sociedade brasileira, ele usa o conceito de hegemonia de Gramsci.

A hegemonia é perseguida pelos grupos dominantes nas instituições da sociedade civil, difundindo concepções de mundo com vistas a obter o consentimento das massas às suas ideias e ao seu governo. A sociedade civil é, para Gramsci, o aparelho privado de hegemonia, onde se trava a luta pelo consentimento aos projetos sociais e políticos. Assim, a burguesia exerce a hegemonia difundindo concepções de mundo que alcançam o consentimento da população.

Essa luta não se dá apenas no “mundo das ideias”, já que cada ideia tem um comportamento que lhe corresponde. Ao conferir o consentimento ao Estado capitalista, este passa a exercer a direção moral e intelectual da sociedade, tornando-se hegemônico.

A instituição identificada por Gramsci como tendo potencial para tirar o homem da subalternidade é a educação.

Mas, Francisco de Oliveira identifica que o caso brasileiro subverteu o conceito de hegemonia e anti-hegemonia, pois assim como ocorreu na África do Sul *pós-apartheid*, nestes trópicos se verifica a hegemonia às avessas, típica da era da globalização, onde a dominação burguesa se acentua justamente quando as classes dominadas tomam a direção moral da sociedade.

Após a queda do *apartheid*, o governo sul-africano rendeu-se ao capitalismo: “A liquidação do *apartheid* mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso”⁸.

A direção moral da sociedade brasileira coube ao projeto do PT com a eleição de Lula e, depois, do seu “clone”. Debelar a pobreza e a desigualdade era a sua missão. A eleição de Lula teve o signo da destruição do preconceito de classes, mas em vez de tratar estruturalmente a questão, a pobreza foi transformada em um problema administrativo.

Desde o primeiro mandato de Lula, houve distanciamento dos movimentos sociais. Mais tarde, com a cassação de Dilma Rousseff, o PT vai pagar caro por ter seguido esse caminho. É emblemática a participação do Senador Humberto Costa no filme “O Processo”⁹, dirigido por Maria Augusta Ramos e lançado em junho de 2018. O senador lembra como era difícil para os representantes dos movimentos sociais serem recebidos por integrantes do governo e o preço desse distanciamento na crise que culminou no *impeachment*.

Francisco de Oliveira registra que os movimentos sociais desapareceram da política, após a nomeação de sindicalistas para os cargos na estrutura governamental e, sobretudo, para o controle dos fundos estatais, tanto os fundos de pensão das empresas estatais como fundos constituídos com recursos dos trabalhadores, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), etc.

Dessa forma, os trabalhadores passaram a gerir o capital estatal, sendo responsáveis por conferir as melhores rentabilidades aos fundos.

A hegemonia às avessas é um fenômeno novo, que não tem paralelo com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil ou mesmo no Ocidente. Não é patrimonialismo, na medida em que o capital é gerido pelos trabalhadores. Não é patriarcalismo, pois nenhum patriarca exerce o mando. Não é populismo, pois não há inclusão - via autoritarismo - da classe operária.

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *op. cit.* p. 119.

⁹ Filme O Processo, dirigido por Maria Augusta Ramos.

Francisco de Oliveira identifica que a nova dominação, própria e funcional ao capitalismo mundializado, inverte os termos gramscianos.

“*Parece* que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, até fisicamente, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. *Parece* que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão nas estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. *Parece* que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. *Parece* que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula”¹⁰.

Segue o autor lembrando conceitos basilares do marxismo: “O consentimento sempre foi produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte em ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança... Está-se diante de uma nova dominação: os dominados realizam a ‘revolução moral’ - derrota do *apartheid* na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil -, que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.”

A hegemonia, soma da força e do consentimento, ocorre mediante a supressão da força. E o consentimento se inverte: não são mais os dominados que conferem seu consentimento, mas são os capitalistas que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, desde que a “direção moral” não questione a exploração capitalista.

No mundo real, essa teoria é comprovada quando se constata que o PT, ao chegar ao poder, põe em prática políticas que afrontam o mandato que receberam nas urnas. Não que o PT tenha recebido uma missão revolucionária. Seu papel era reformista. Esperava-se que houvesse efetiva distribuição de renda e que mecanismos de participação popular nas decisões governamentais fossem efetivados.

Referências Bibliográficas

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tomo II. São Paulo, Loyola, 2005.

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *op. cit.* p. 121.

DORE, Rosemary. Escola Unitária. In Revista Cult n° 141. **Dossiê Gramsci**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/escola-unitaria/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

O Processo. Filme. Direção Maria Augusta Ramos.